



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

TERMO DE CESSÃO GRATUITA E TEMPORÁRIA DE BENS MÓVEIS DE INFORMÁTICA Nº 70- 006/2026, DO PATRIMÔNIO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO PARA O MUNICÍPIO DE JAÍBA.

O **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA TERCEIRA REGIÃO**, CNPJ 01.298.583/0001-41, com sede na Av. Getúlio Vargas, n. 225, em Belo Horizonte – MG, neste ato representado por sua Diretora-Geral, Patrícia Helena dos Reis, brasileira, casada, portadora da Carteira de Identidade M 5.564.741, expedida pela Secretaria de Segurança Pública de Minas Gerais, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 911.765.736-91, residente e domiciliada em Belo Horizonte – MG, conforme competência que lhe foi delegada pela Portaria TRT/GP 03/2026, de 02 de janeiro de 2026, em decorrência da nomeação constante da Portaria TRT/GP 07/2024, de 02 de janeiro de 2024, disponibilizadas no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho de 30 de dezembro de 2025 e de 29 de dezembro de 2023, respectivamente, denominado **CEDENTE**, e o **MUNICÍPIO DE JAÍBA**, CNPJ n. 25.209.149/0001-06, com prefeitura estabelecida na Avenida Joao Teixeira Filho, 335 – Bairro Centro Comunitário - Jaíba/Minas Gerais, neste ato representada por seu Prefeito, Jimmy Diogo Silva Murça, brasileiro, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº. 039.005.526-30, doravante denominado **CESSIONÁRIO**, firmam o presente **TERMO DE CESSÃO**, nos termos do PROAD 17567/2026, da Lei 14.133/2021 e do art. 8º da Resolução n. 508/2023, do Conselho Nacional de Justiça, observadas as seguintes condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente Termo a cessão de uso gratuita dos bens abaixo discriminados, para viabilizar a implementação e manutenção do Ponto de Inclusão Digital (PID) na Avenida João Teixeira Filho, n. 335, Bairro Comunitário, Jaíba/MG – Prefeitura Municipal de Jaíba:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	PATRIMÔNIO
1	Microcomputador master C820 minipro	01	3-081722
2	Monitor Led	01	3-073071
3	Impressora Laser-Okidata ES5112	01	3-083364
4	Câmera de Video webcam LJ Web	01	3-090330
5	Mouse	01	Bem de consumo, não tem patrimônio
6	Teclado	01	Bem de consumo, não tem patrimônio
7	Headset	01	Bem de consumo, não tem patrimônio



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

1.2. Este termo não implica transferência de propriedade dos equipamentos cedidos, permanecendo estes como bens patrimoniais do CEDENTE.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1. O presente Instrumento terá vigência pelo prazo de 05 (cinco) anos, a partir da data de sua assinatura, podendo ser renovado, mediante acordo entre os PARTÍCIPEs, devidamente formalizado por meio de Termo Aditivo.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES

3.1. O CESSIONÁRIO se obriga a zelar pela conservação e integridade dos bens cedidos, sendo-lhe vedado transferir, emprestar ou cedê-los, a qualquer título, sem prévia autorização do CEDENTE. Caso os bens cedidos sejam danificados e/ou extraviados, será cobrada do CESSIONÁRIO a indenização pelo valor contábil do bem.

3.2. Caberá ao CEDENTE o transporte e a instalação dos bens cedidos neste Termo. O CESSIONÁRIO será responsável pela devolução dos bens ao CEDENTE, nas mesmas condições em que foram entregues, ao término da cessão, ressalvadas as depreciações decorrentes do uso normal e adequado dos equipamentos.

3.3. Em caso de necessidade de reparo ou manutenção dos bens cedidos, cabe ao CESSIONÁRIO notificar o CEDENTE para que providencie a substituição do bem que esteja em período de garantia ou o seu conserto.

3.4. Cabe ao CEDENTE efetuar os lançamentos patrimoniais pertinentes à movimentação dos bens objeto deste Termo.

3.5. As PARTES, por si e por seus colaboradores, obrigam-se a atuar no presente Ajuste em conformidade com as disposições contidas na Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD).

3.6. As PARTES declaram ter conhecimento e ciência das normas e leis existentes no Brasil que versem sobre a anticorrupção, em especial as Leis nº 12.846/2013 e nº 8.429/1992, e se comprometem a cumpri-las por seus sócios ou dirigentes, bem como exigir o seu cumprimento pelos colaboradores e terceiros por elas contratados.

CLÁUSULA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO

4.1. Atuará como responsável pela gestão deste ajuste o(a) Diretor(a) da Vara do Trabalho de Monte Azul, unidade detentora da carga patrimonial dos bens.

4.2. O CESSIONÁRIO deverá designar um gestor para acompanhar e gerenciar a execução



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

deste instrumento, garantindo o cumprimento das obrigações contratuais.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

5.1. O CEDENTE poderá, por razões de conveniência e oportunidade, rescindir o presente Termo, desde que avisado ao CESSIONÁRIO com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA SEXTA – DO FORO

6.1. Fica eleito o foro da Justiça Federal de Belo Horizonte para dirimir questões oriundas do presente Termo.

6.2. Para fins de eficácia, o TRIBUNAL promoverá a divulgação deste Termo no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), bem como em seu respectivo sítio oficial na internet, no prazo de até 10 (dez) dias, contados da assinatura. Em caso de impossibilidade de publicação no PNCP, o TRIBUNAL providenciará a publicação de extrato resumido no Diário Oficial da União.

Belo Horizonte, data da última assinatura eletrônica

PATRICIA
HELENA DOS
REIS:30833897

Assinado de forma digital
por PATRICIA HELENA
DOS REIS:30833897
Dados: 2026.07.22
18:30:30 -03'00'

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA TERCEIRA REGIÃO

Patrícia Helena dos Reis
Diretora-Geral

JIMMY DIOGO SILVA
MURCA:0390055263
0

Assinado de forma
digital por JIMMY
DIOGO SILVA
MURCA:03900552630

MUNICÍPIO DE JAÍBA
Jimmy Diogo Silva Murça
Prefeito